

As condições de trabalho no Sector das Mercadorias são muito influenciadas pelas directivas e regulamentos aprovados no Parlamento Europeu.

Há uns anos, tivemos as directivas sobre o tempo de condução, **que criaram o tempo de disponibilidade** que ainda hoje os patrões tentam utilizar para roubar tempo de trabalho efectivo aos motoristas.

E nos últimos dois anos decorreu a discussão sobre o «Pacote da Mobilidade I», onde estão a tentar alterar as regras para a **cabotagem, para o destacamento e para o descanso dos motoristas**, matérias que afectam sobretudo os motoristas do internacional.

Tanto num caso como noutro, um conjunto de deputados defendeu os interesses dos patrões (os do PS/PSD/CDS quase sem excepções) enquanto os deputados da CDU defenderam os trabalhadores, e recordaram as condições de trabalho extremamente penalizantes, fruto dos longos períodos fora de casa e da família, da solidão e insegurança e da falta de fiscalização das condições de trabalho.

Em última análise, votar é optar por quem vai estar a tomar opções por nós nas instituições. E a política é feita de opções. Entre os direitos dos trabalhadores e os privilégios dos patrões. Quer o Governo português, quer o PS/PSD/CDS, neste debate escolheram defender os patrões portugueses sacrificando as condições de vida dos motoristas, carne para canhão na selva da concorrência com outras economias. Isto é inaceitável!

Neste debate do Parlamento Europeu, a posição adoptada pelo Governo português através da sua representação (REPER) reflectiu sempre o posicionamento do patronato defendendo uma enorme desvalorização dos direitos dos trabalhadores: chegou ao ponto de considerar que o próprio descanso semanal regular podia ser gozado em cabine, defendeu o máximo alargamento dos dias de cabotagem e de trabalho fora do país e a máxima exclusão dos motoristas dos direitos dos trabalhadores destacados.

Vale a pena realizar uma breve visita às principais alterações discutidas e aprovadas no Parlamento Europeu em Abril de 2019:

Medidas do Pacote da Mobilidade aprovadas no Parlamento Europeu:

Negativas (e os deputados da CDU combateram-nas):

- Alargamento para **4 semanas** do período em que um carro português pode operar na UE sem ser obrigado a fazer uma carga ou descarga em Portugal. Alargamento para **4 semanas** do intervalo entre descansos semanais regulares gozados no domicílio e introdução do perigoso conceito «**ou a outro local da sua escolha**»
- **Os controlos na estrada** deixam de incidir sobre as questões laborais, facilitando a sobreexploração dos motoristas.
- Os países ficam proibidos de adoptar legislação que imponha padrões mais elevados de direitos laborais ou salários aos motoristas de empresas de outros países a operar neles.
- Fica **suspensa** a aplicação da directiva do **destacamento** aos motoristas até à entrada em vigor do Pacote da Mobilidade (ou seja, os patrões deixam de ser obrigados a praticar as remunerações e direitos do local de destacamento).
- Várias medidas tentam fazer dos valores máximos do tempo de condução o verdadeiro horário de trabalho.

Positivas (e os deputados da CDU apoiaram-nas):

- Reduzir de 5 para 3 dias o número de dias em que se podem fazer operações de cabotagem, com um «coling off» de 60 horas.
- Reforçar que sempre que o trabalho de um condutor inclua previsivelmente atividades para o empregador que **não as suas tarefas profissionais de condução**, o tempo necessário para executar essas tarefas deve ser tido em conta na determinação do tempo de trabalho, da possibilidade de descanso adequado e da remuneração.
- Adopção de requisitos mais elevados para **as zonas de estacionamento e repouso**.

Importante:

Estas medidas não entram imediatamente em vigor, e algumas tem ainda de ser transpostas para a legislação nacional. Há ainda tempo para resistir e lutar. Podem continuar a contar com o nosso apoio.

**Intervenção de João Pimenta Lopes,
Deputado do PCP,
sobre o Pacote de Mobilidade,
a 27/03/2019, em Bruxelas, no Parlamento Europeu**

«A abordagem caótica em que se tornou a discussão deste pacote de mobilidade traduz muito bem como se torcem as instituições da União Europeia só com a ideia de uma melhoria, por modesta que seja, das condições laborais e sociais dos trabalhadores.

Mas o que se pode antever das propostas em cima da mesa e das linhas orientadoras do conselho, não augura nada de bom.

Exclusões ao destacamento de trabalhadores, impedindo que conte a partir do primeiro dia e que exclua o transporte bilateral e cabotagem.

Regras de cabotagem que criando uma aparente limitação tornam ilimitadas os números de operações num enquadramento dúbio.

E uma abordagem ao tempo de trabalho e descanso que na melhor das hipóteses alarga de duas para três semanas, se não chegar mesmo às quatro, o período a partir do qual os motoristas têm direito a gozar o período de descanso semanal regular, ou seja um fim de semana completo.

É este o vosso social, pilar da exploração dos trabalhadores!»

**Temos muitos candidatos a defender a «Europa»
em Portugal.**

**O que os trabalhadores precisam
é de deputados que defendam Portugal
e os trabalhadores portugueses
no Parlamento Europeu!
Votando CDU!**